

Policiais militares em Fortaleza/Ceará, Brasil: quem são e a que tipo de violência estão expostos?

Military policemen in Fortaleza, Ceara, Brazil: Who are they and to what type of violence are they exposed?

Gemiliana Sombra de Oliveira Carvalho, Vitória Antonia Feitosa Lima, Chiara Lubich Medeiros de Figueiredo, Tamires Feitosa de Lima, Rosa Maria Salani Mota, Raimunda Hermelinda Maia Macena.

Resumo:

Objetivos: Descrever as características sociodemográficas e a prevalência de exposição à violência após o início do trabalho na segurança pública autorrelatada por policiais militares do município de Fortaleza, Ceará. **Métodos:** Estudo transversal e descritivo, ocorrido entre agosto/2019 e março/2020, em cinco batalhões da Polícia Militar do Ceará, no município de Fortaleza, com uma amostra de 240 policiais militares. Para coleta de dados, foi utilizado um questionário eletrônico autoaplicável. A análise foi através do software SPSS®. **Resultados:** A amostra foi composta de homens (95%) jovens (53,8%) e casados (67,5%), e que fazem escala extra para complementar a renda (51,7%). A maioria afirma ter sofrido ou conhece outro policial que foi vítima de violência (85,8%). A violência autorrelatada mais prevalente foi por arma de fogo (61,3%), entretanto, a violência psicológica (45,4%), moral (40,4%) e física (16,6%) também foram relatadas. **Conclusão:** Os policiais militares são predominantemente masculinos e jovens e fazem escala extra. Dessa forma, o risco de exposição à violência é potencializado. A série de indivíduos que compõem a amostra autorrelatou que vivenciou situações variadas de violência. Evidencia-se como exercer a profissão no Brasil pode ser perigoso e deletério.

Palavras-chave: Polícia; Exposição à violência; Prevalência.

Abstract:

Objectives: To describe the sociodemographic characteristics of military policemen and to determine the prevalence of exposure to violence after starting to work among them. **Methods:** Cross-sectional and descriptive study, carried out between August 2019 and March 2020 in five battalions of the military police of Ceara, in the city of Fortaleza, Brazil, with a sample of 240 military police officers. A self-administered electronic questionnaire was used for data collection. The analysis was done using the SPSS® software. **Results:** The sample was composed of men (95%), young (53.8%), and married (67.5%), who work on extra shifts to complement their incomes (51.7%). The majority claim to have suffered violence or to know another police officer who was a victim of violence (85.8%). The most prevalent self-reported violence was by firearms (61.3%), however, psychological (45.4%), moral (40.4%), and physical (16.6%) violence were also reported. **Conclusions:** Military police officers are predominantly male and young and work in extra shifts. Thus, the risk of exposure to violence is increased in this group. Many participants have stated that they experienced different situations of violence. The study shows that exercising the profession of police officer in Brazil can be dangerous and harmful.

Keywords: Police; Exposure to violence; Prevalence.

Como citar este artigo:
CARVALHO, G. S. O.; LIMA, V. A. F.; FIGUEIREDO, C. L. M.; LIMA, T. F.; MOTA, R. M. S.; MACENA, R. H. M. Policiais militares em Fortaleza/Ceará, Brasil: quem são e a que tipo de violência estão expostos?. Revista Saúde (Sta. Maria). 2023; 49.

Autor correspondente:
Nome: Gemiliana Sombra de Oliveira Carvalho
E-mail: gemiliana_sombra@hotmail.com
Formação: Enfermeira.
Mestre em Saúde Pública
Filiação: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Rua: Coronel Nunes de Melo, nº:1440, Bairro: Rodolfo Teófilo, Fortaleza, Ceará. CEP: 60430160.

Data de Submissão:
23/01/2022
Data de aceite:
09/02/2023

Conflito de Interesse: Não há conflito de interesse

DOI:
10.5902/2236583469026



INTRODUÇÃO

A exposição à violência afeta diretamente à saúde e possui consequências relacionadas à maior predisposição para ansiedade, depressão, problemas de comportamento e atitudes de risco à própria saúde. Dentre as categorias mais afetadas pela violência no Brasil estão os agentes de segurança pública, sendo os profissionais das polícias militares os mais expostos à violência, com elevados índices de morbimortalidade¹.

A definição de Polícia consiste em uma ação do Estado, materializada em uma organização com gestão positiva e hierárquica, que se propõe a garantir que a lei seja aplicada nas delimitações de liberdade das pessoas, visando à proteção e conservação da ordem pública². Há particularidades do trabalho exercido pelo policial militar (PM) que envolvem contato e convívio com criminosos, o que muitas vezes resulta em armadilhas e ataques aos policiais, podendo resultar em roubo de armas, lesões e até assassinatos³. O ambiente laboral de exposição constante à violência e aos riscos inerentes ao trabalho dos policiais expõe esses profissionais a muitos fatores estressores, e isso predispõe à morbidade para doenças psicoemocionais³.

A profissão policial é considerada a segunda mais estressante quando comparada a diversas outras profissões, e ainda, a terceira na lista de ocupações cujos membros são mais acometidos por transtornos mentais e físicos associados ao trabalho⁴. Pressupõe-se que a atividade desempenhada pelo PM interfere em sua vida particular, tendo-se em conta que o rigor militar e a exposição à violência moldam sua forma de se correlacionar com os seus familiares e com as outras pessoas. Em síntese, o crescimento da violência e a fragilização das condições de trabalho provocam angústia e padecimento no PM. Por outro lado, as cobranças oriundas da instituição e da comunidade tendem a agravar o sofrimento psíquico^{1,5}.

Ainda são escassos os estudos com foco nos policiais militares no Brasil e no Ceará. Assim, este estudo visa descrever as características sociodemográficas e a prevalência de exposição à violência após o início do trabalho na segurança pública autorrelatada por policiais militares do município de Fortaleza, Ceará.

METODOLOGIA

Estudo transversal e descritivo, ocorrido entre agosto/2019 e março/2020, é um recorte do projeto de pesquisa guarda-chuva: “*Violência vivida, condições de saúde e adoeci-*

mento entre policiais civis e militares do Estado do Ceará”, aprovado pela Universidade Federal do Ceará – UFC. O estudo foi realizado em cinco batalhões da polícia militar (17º Batalhão, 16º Batalhão, Batalhão de Polícia de Meio Ambiente, Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) e Comando de Policiamento de CHOQUE) do município de Fortaleza, no estado do Ceará.

A população do estudo foi composta por policiais militares, de ambos os sexos, em exercício efetivo há mais de seis meses. Foram excluídos os que estavam de férias ou licença. A amostra foi constituída por 240 participantes. Foi utilizado um questionário eletrônico autoaplicável. Após a divulgação prévia da pesquisa, policiais militares presentes no batalhão foram convidados a participar de uma exposição da pesquisa e os que aceitaram receberam um código alfanumérico para identificação e informaram seu contato de WhatsApp. Através do contato, receberam um link do questionário individual com entrada única para o preenchimento.

O questionário eletrônico continha o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e variáveis socioeconômicas; transtornos mentais comuns; consumo de substâncias psicoativas; desesperança, risco para suicídio e situações de violências vividas e perpetradas. Neste estudo foram utilizadas as variáveis socioeconômicas e situações de violências vividas e perpetradas. O bloco de variáveis socioeconômicas e situações de violência vividas e perpetradas foi adaptado do instrumento utilizado e validado pela pesquisa *“Inquérito Nacional de Saúde na População Penitenciária Feminina e de Servidoras Prisionais”*.

A entrada dos dados foi realizada por meio do software *Excel for Windows®* 2010 e a análise pelo software *SPSS®* versão 20.0. Foi realizada a análise descritiva através de frequência simples e ponderada para as variáveis categóricas e quadros de medidas descritivas para as variáveis quantitativas. O teste de Shapiro Wilk foi utilizado para avaliar a distribuição de normalidade das variáveis.

A pesquisa obedece às exigências formais contidas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), relativa à ética em pesquisa envolvendo seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, com o parecer de número: 2.237.838.

RESULTADOS

A maioria da amostra é do sexo masculino (95,0%), adultos jovens com idade entre 31 a 40 anos (53,8%), média de $35,7 \pm 7,4$ anos, se autorrelatam pardos (69,2%), católicos (47,9%), vivendo em união estável (67,5%), com até três pessoas no domicílio (81,3%). Os policiais militares são a principal fonte de renda da família (84,2%). Dentre os pesquisados, 91,3% possuem renda pessoal mensal entre 3 a 10 salários mínimos (SM) (3 a 5 SM - 73,8% e 5 a 10 SM - 17,5%), o que se reproduz na renda familiar total (84,9%). Mais da metade da amostra (51,7%) participa de serviço operacional por meio de escala extra na polícia. O tempo de serviço na segurança pública é de até 15 anos (70,9%) (TABELA 1).

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Características Pessoais		
Sexo		
Feminino	12/ 240	5,0
Masculino	228/ 240	95,0
Idade		
Média	35,7	DP (7,4)
≤ 30	45/ 240	18,8
31 a 40	129/ 240	53,8
41 a 50	63/ 240	26,3
> 50	3/ 240	1,3
Cor de pele		
Parda	166/ 240	69,2
Branca	43/ 240	17,9
Preta	24/ 240	10,0
Amarela/ Indígena	7/240	2,9
Religião		
Católica	115/ 240	47,9
Espírita	5/ 240	2,1
Evangélica	86/ 240	35,8
Situação Conjugal		
Casado/união estável	162/ 240	67,5
Separado ou viúvo	9/ 240	3,8
Solteiro	69/ 240	28,8

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Nº pessoas com quem reside		
Até 3	193/ 240	81,3
≥4	47/ 240	18,7
Policia é a principal fonte de renda	202/ 240	84,2
Renda mensal pessoal		
De 1 a 2 SM1	15/ 240	6,2
De 3 a 5 SM	177/ 240	73,8
De 5 a 10 SM	42/ 240	17,5
De 10 a 20 SM	6/ 240	2,5
Renda familiar total		
De 1 a 2 SM	15/ 199	7,6
De 3 a 5 SM	91/ 199	45,7
De 5 a 10 SM	78/ 199	39,2
De 10 a 20 SM	15/ 199	7,5
Tempo de serviço		
Até 10 anos	130/ 240	54,2
De 11 a 15 anos	40/ 240	16,7
De 16 a 20 anos	24/ 240	10,0
> 20 anos	46/ 240	19,1
Escala extra		
Na Polícia	124/ 240	51,7
Fora da Polícia	14/ 240	5,8
Em ambos	35/ 240	14,6

Legenda: 1Salário Mínimo (SM) 2019: 998,00 R\$ e 2020: 998,00 R\$6,7. Fonte: Autoria própria.

A maioria dos policiais (85,8%) afirma ter sofrido qualquer tipo de violência ou conhecer outro policial que sofreu, tendo vivenciado até quatro episódios (77,5%). A violência resultou em sequelas físicas (26,3%) e sequelas psicológicas (23,3%) para outros policiais, além de ocasionarem mudança na função exercida, em virtude da violência vivida (26,7%) (TABELA 02).

Tabela 2 – Exposição à violência após o início do trabalho na segurança pública autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Experiência com a violência		
Informa ter sofrido violência ou conhecer policial que sofreu	206/ 240	85,8
Nº de episódios de violência sofridos		

Tabela 2 – Exposição à violência após o início do trabalho na segurança pública autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
≤ 4	186/ 240	77,5
> 4	54/ 240	22,5
A violência resultou em sequelas físicas		
Próprio policial	6/240	2,5
Outro policial	63/240	26,3
Ambos	3/240	1,3
A violência resultou em sequelas psicológicas		
Próprio policial	1/240	0,4
Outro policial	56/240	23,3
Ambos	3/240	1,3
Policial e/ou outro policial teve mudança de função decorrente da violência sofrida		
Próprio policial	3/240	1,3
Outro policial	64/240	26,7
Ambos	4/240	1,7

Fonte: Autoria própria.

A violência física por meio de tapas no rosto, empurrões, beliscões ou puxões de cabelo foi referida por 16,6% da amostra que conheciam outro policial que foi vítima. Apenas 7,5% relataram conhecer algum policial que sofreu tentativa de enforcamento, queimadura ou espancamento. A ocorrência de lesões provocadas por objetos perfuro-cortantes em outros policiais foi referida por 20,8% da amostra, sendo a maioria por uso de faca (54,7%). A violência praticada com utilização de arma de fogo foi referenciada por mais da metade dos indivíduos (61,3%), que tinha conhecimento de outro policial que foi vítima da ação. A maior parte das lesões foi causada por pistola (69,1%) (TABELA 03).

Tabela 3 – Exposição à violência física autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Violência física		
Policial e/ou outro policial sofreu tapa no rosto, empurrões, beliscões ou puxões de cabelo		
Próprio policial	4/240	1,7
Outro policial	40/240	16,6
Ambos	4/240	1,7

Tabela 3 – Exposição à violência física autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Policial e/ou outro policial foi espancado, queimado ou sofreu tentativa de enforcamento		
Próprio policial	1/240	0,4
Outro policial	18/240	7,5
Policial e/ ou outro policial foi ferido com objeto perfuro-cortante		
Próprio policial	1/240	0,4
Outro policial	50/240	20,8
Ambos	2/240	0,8
Objeto que causou ferimento		
Faca	29/53	54,7
Outros objetos	15/53	28,3
Faca/ outros objetos	9/53	17,0
Violência com arma de fogo		
Policial e/ ou outro policial foi ferido com arma de fogo		
Próprio policial	2/240	0,8
Outro policial	147/240	61,3
Tipo de arma de fogo		
Revolver	27/149	18,1
Pistola	103/149	69,1
Arma Longa/ Artesanal	19/149	12,8

Fonte: Autoria própria.

Mais de $\frac{11}{44}$ da amostra (40,4%) relatou ter conhecimento de outro policial vítima de violência moral, sendo os principais suspeitos das agressões eram outros policiais (88,5%) e pessoas da comunidade (29,2%). Quase a metade dos entrevistados (45,4%) afirmou conhecer algum policial que sofreu violência psicológica, sendo outros policiais apontados como suspeitos das agressões (92,6%) (TABELA 04).

Tabela 4 – Exposição ao furto e à violência moral e psicológica autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Violência moral		
Policial e/ou outro policial sofreu violência moral		
Próprio policial	20/ 240	8,3
Outro policial	97/ 240	40,4
Ambos	13/ 240	5,4

Tabela 4 – Exposição ao furto e à violência moral e psicológica autorrelatada por policiais militares em cinco batalhões em Fortaleza/Ceará, 2020

Variáveis	n/N	%
Pessoa(s) suspeitas de realizar a ação		
Policiais	115/130	88,5
Pessoas externas/ da comunidade	38/130	29,2
Violência psicológica		
Policial e/ ou outro policial sofreu violência psicológica		
Próprio policial	18/240	7,5
Outro policial	109/240	45,4
Ambos	21/240	8,8
Pessoa(s) suspeitas de realizar a ação		
Custodiado/ Preso	11/148	7,4
Policiais	137/148	92,6
Pessoas da comunidade	23/148	15,5

Fonte: Autoria própria.

DISCUSSÃO

Os policiais militares abordados neste estudo são homens, adultos jovens, que se autorreconhecem como pardos e católicos, casados, com renda entre 3-5 SM e responsáveis pela manutenção da família.

Há que se destacar que, neste estudo, o tempo de trabalho na segurança pública é de até 15 anos. Desta forma, considerando que a idade mínima para ser admitido na polícia militar no Ceará corresponde a 18 anos, os componentes deste efetivo pesquisado parecem ter sido admitidos quando ainda muito jovens, tendo vivenciado o processo de maturação pessoal e social na corporação, incluindo o alcance de graus mais elevados de educação formal e casamento⁸. O estado marital encontrado neste estudo se assemelha a estados como Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e com uma pesquisa realizada com policiais militares de todo o Brasil, com predominância de homens casados e média de idade de 37,4 anos^{9,10,11}.

Os policiais militares do Ceará possuem renda mais alta quando comparados a policiais do Sul. Este cenário pode estar relacionado à dupla jornada de trabalho no Ceará a fim de suprir as necessidades familiares, visto que no Ceará é possível ao policial militar receber a Indenização por Reforço do Serviço Operacional (IRSO) chamada por eles “escala extra”. Entretanto, faz-se premente destacar que o exercício profissional na polícia militar envolve riscos biopsicossociais importantes, e quando há ocorrência de escala extra, no serviço oficial ou nos

particulares, chamados de “bicos”, há a potencialização dos riscos de adoecimento, pois a carga dupla inclui sobrecarga psicomocional, exposição à violência e esgotamento físico¹⁰.

As circunstâncias de trabalho de policiais militares no Brasil são prejudiciais à saúde física e psicoemocional bem como à própria performance profissional, seja pelas jornadas longas, escalas extras ou pelo crescimento da violência no país^{8,11}. Pesquisa realizada com policiais militares de Minas Gerais revelou que quase um terço deles possuía capacidade moderada para desempenhar seu trabalho¹².

Neste contexto tem sido observado que períodos demasiados de trabalho acarretam Transtornos Mentais Comuns (TMC) e geram desgastes e prejuízos na execução das atividades laborais em profissionais que desempenham jornadas longas e escalas extras com alto nível de stress. Entre bombeiros militares do Rio Grande do Sul, que também são força auxiliar do Exército e por esse motivo militarizados, com tempo de serviço semelhante a este estudo, foi detectada síndrome em mais de um terço da amostra, caracterizada como um desfecho do estresse relacionado ao trabalho, manifestando-se por esgotamento físico e emocional, irritabilidade e sentimento de frustração no trabalhador^{13,14}. O acúmulo de exposições frequentes à violência é prejudicial à saúde do indivíduo e acrescida no grupo de policiais militares^{10,15}.

Além dos fatores expostos, a escala de trabalho e a “escala extra” expõem os policiais a mais situações de risco para sofrer violência. A vitimização de policiais (injúrias físicas e psicológicas ou morte), decorrente da execução do trabalho ou em função dele, expõe a fragilidade que acompanha o trabalho deste grupo¹⁰. Este estudo revela prevalência de 85,8% de experiência com a violência sofrida entre policiais militares, seja como vítima ou como contato de colega da corporação vitimizado¹⁶.

Para além disso, o estigma social associado ao cargo de policial militar no Brasil tende a expor o indivíduo nesta função a diversas situações de violência. Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública evidenciou que 65,9% dos policiais relataram já terem sido hostilizados por serem policiais ou por serem profissionais da segurança pública e 59,6% sofreram constrangimentos e tratamentos degradantes por superior hierárquico¹⁷.

Neste estudo, foram analisados cinco (05) batalhões, e destes, 40,0% são de companhias especializadas (RAIO e CHOQUE). Assim, os achados em relação à violência sofrida podem apresentar viés. Entretanto, os resultados apresentados corroboram com os achados da pes-

quisa realizada na Polícia Militar da Bahia, onde a maior parte dos policiais vivenciou ou conhece algum colega de profissão que foi vítima de qualquer tipo de violência¹⁸. Em São Paulo, 73,0% dos policiais militares relataram conhecer algum colega de profissão que foi morto em serviço, e 77,5% afirmaram que conheciam algum colega próximo que foi assassinado fora do serviço¹⁹. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil, em 2017 e em 2018 a taxa de policiais militares mortos vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) em serviço ou fora de serviço foi respectivamente 0,7% e 0,6% (por mil policiais ativos)¹⁰.

Neste estudo, observa-se a prevalência de violência física por arma de fogo (61,3%) e arma branca (20,8%). Em 2017, o Ceará apresentou uma prevalência de 1,4% de policiais militares mortos. No ano seguinte, a prevalência foi de 0,7%¹⁰. Há que se destacar que a violência no país também está relacionada, entre outras coisas, ao incremento do tráfico de drogas tornadas ilícitas. Em muitas comunidades, o tráfico exerce grande domínio, tentando estabelecer em um estado paralelo, com suas próprias leis. Dessa forma, o ciclo infinito que se cria em torno do comércio ilegal de drogas gera violência que impacta na vida de todos, inclusive dos policiais militares que estão em contato direto com a comunidade,^{20,21,22}.

Sobretudo na periferia, a baixa presença estatal dá espaço ao traficante para ser a referência de autoridade, tornando-se sinônimo de um bairro sem assaltos e serviços mais baratos. Consequentemente, tais circunstâncias podem resultar em desrespeito e aversão ao trabalho policial²⁰. Neste contexto, a atuação dos policiais militares transcende o período em que estão de serviço, alcançando sua vida particular, especialmente nos momentos de folga no seu convívio familiar e social. Dessa maneira, o risco de exposição à violência decorrente do exercício profissional que os acompanham quando estão “fardados” continua em suas folgas, porém, nestas circunstâncias, os agentes estão desprovidos de todos os aparatos legais e operacionais que garantem a sua segurança¹⁹. Assim, estão ainda mais expostos à violência.

A vitimização e morte de policiais militares são tratadas de forma desigual quando comparada à violência perpetrada por eles. Ainda se mantém no país o conceito equivocado que considera a Polícia como um mecanismo de fabricação de segurança para o coletivo, mas não para os seus profissionais, mesmo em situações de confronto “extra laboral” com criminosos¹⁶.

Evidências sugerem que a cada 1% a mais de armas de fogo disponíveis em circulação, há um acréscimo de 2% na taxa de homicídios²¹. A exposição à violência por arma de fogo

entre policiais militares revela a relação entre a excessiva e indiscriminada disseminação de armas de fogo na sociedade, sendo esta a principal causa para a ocorrência elevada de assassinatos²². O incremento da apreensão de armas revela o aumento de sua aquisição por parte da população em geral, em especial por pessoas ligadas a atividades criminosas^{10,23,24}.

Um dossiê contendo 61 estudos, 48 deles internacionais, publicadas no período de 2013 a 2017, revelou que 90% das meta-análises e estudos empíricos internacionais discordam do argumento que diz que quanto mais armas estiverem disponíveis para a sociedade, menos crimes irão ocorrer, reforçando a ideia de que a quantidade de armas em circulação impacta favoravelmente no aumento do número de crimes letais e da violência comunitária²⁵. Corroborando com esta conclusão o fato de que nos EUA, em 10 anos, os delitos tiveram um aumento de 13 a 15% após a adoção da lei do armamento de civis²¹.

No caso do Brasil, há estudos que mostram que a política de desarmamento, na qual se destaca o Estatuto do Desarmamento, foi um fator importante para levar à redução de crimes violentos, principalmente homicídios, em cidades importantes do país entre 2001 e 2007²⁶. Mais recentemente, o número de homicídios por arma de fogo no Brasil em 2017 alcançou a cifra de 47.510 pessoas mortas, com uma variação positiva de 39,1% de 2007 a 2017. No Ceará, 4.698 pessoas foram assassinadas por arma de fogo em 2017, apresentando uma variação positiva de 283,8%, quando relacionado a 2007²².

Nas mortes de policiais de serviço ou de folga no Brasil, entre 2013 e 2014, foram utilizadas armas de fogo em 84,46% dos eventos letais e, em 2,03% dos eventos, a arma de fogo foi utilizada em associação com faca (0,68%) ou golpes (1,35%)¹⁸. Ademais, este estudo detectou uma prevalência de violência moral (40,4%) e psicológica (45,4%) autorrelatadas.

Neste contexto, a formação e o cotidiano das polícias militares parecem ainda carregar heranças do período da ditadura, sendo as corporações influenciadas por valores como poder bélico, exaltação da força, autoritarismo e virilidade masculina. Há que se destacar ainda que, para além da exposição no trabalho de “rua” e quando de “folga”, o pilar da formação e da vida militar consiste no cumprimento e subordinação da hierarquia e da disciplina²⁷ baseado em um conceito do sofrimento como algo orgânico, natural do ser policial militar, podendo haver até mesmo emprego de violência física e psicológica para doutrinar os futuros policiais em formação, gerando, por vezes, violência institucional e moral^{18,28}.

A violência institucional caracteriza-se como um mecanismo de domínio constante, por meio de ações violentas, não formalizadas, mas instituídas e de caráter recorrente, praticadas dentro da própria instituição, através de agressões e desrespeitos à subjetividade dos seus membros. Ela pode ser discreta, por vezes incrustada na rotina comum do trabalho. Portanto, pode ser admitida socialmente, ao passo que suas práticas evidenciam convicções e pré-julgamentos estabelecidos. Já a violência moral pode ser compreendida como ações que abrangem insultos, constrangimentos e repressões, podem ser corriqueiras em ambientes militares, e os profissionais de segurança pública estão propensos a este tipo de violência¹⁸. Tal realidade encontra-se atualmente sob constante crítica, podendo apresentar variações de acordo com o estado analisado.

A violência institucional e moral é vista principalmente entre os diferentes níveis hierárquicos da corporação. Praças referem um domínio autoritário por parte dos oficiais, usando de vigília constante para manter o controle e subjetividade do policial de grau hierárquico inferior²⁹. Participantes do curso de aperfeiçoamento policial militar “Estágio de Operações Táticas com Apoio de Motocicletas (Eotam)” realizado pela Polícia Militar de um estado brasileiro, em 2014, relataram tapas no rosto, humilhações, exaustão física e mental, ausência proposital de higiene nas alimentações, constrangimentos e desrespeito contra a dignidade do indivíduo²⁸.

A adversidade do constante risco de vida, a qual os policiais estão expostos, pode funcionar como um mecanismo que aproxima os membros da corporação. Porém, se por um lado, os subordinados relatam punições desproporcionais e sem espaços para diálogo; por outro, oficiais reforçam a tensão constante no ambiente de trabalho devido às circunstâncias próprias da profissão, e que há esforços para integrar policiais além da hierarquia que os separa, a fim de reforçar a unidade da instituição a fim de reforçar para os subordinados que todos estão envolvidos nas mesmas missões policiais.

Em relação à hierarquia, à inteligência para o planejamento das ações, desenvolvimento de estratégias e padronização das condutas, essas concentram-se na categoria dos oficiais. Aos subordinados compete à execução das diretrizes. Pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública evidenciou que 58,3% consideram que a hierarquia na polícia desencadeia desrespeito e injustiças profissionais.

Ademais, 38,7% deles afirmam que se tivessem outra chance de escolher, não decidiriam novamente pela carreira policial¹⁷.

Portanto, exercer a profissão policial no Brasil é perigoso e deletério, uma vez que os policiais experienciam uma soma da violência concreta (física, moral e psicológica) e estigma social que gera sofrimento psicoemocional intrínseco ao exercício da função. Assim, a realidade vivenciada pelos policiais militares nos batalhões estudados desperta para a necessidade de um olhar científico cada vez mais apurado, com vistas a compreender o fenômeno experienciado e sugerir propostas de remodelamento de diretrizes que impactam negativamente não apenas na vida de policiais militares, mas de todas as pessoas que compõe o círculo de convívio deste indivíduo, como familiares e amigos.

Por fim, vale lembrar que as limitações de ordem metodológica são comuns às investigações realizadas com a polícia em todo o mundo, especialmente no Brasil, seja pelas restrições ao acesso a informações por parte das corporações, seja pelo receio que os policiais têm de serem prejudicados quando informam sobre si próprios. No entanto, a reflexão apresentada neste trabalho, tenta superar, em parte, as muitas limitações, na medida em que combina dados quantitativos e qualitativos e os confronta com os achados da literatura nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos policiais militares atuantes no município de Fortaleza, estado do Ceará, são homens jovens que muitas vezes fazem escala de trabalho fora da polícia e, portanto, estão expostos de forma intensificada à violência. A maioria afirmou ter sofrido qualquer tipo de violência ou conhecer outro policial que foi vítima. O tipo de violência mais prevalente que acometeu os policiais, segundo a pesquisa realizada, foi aquela cometida com arma de fogo, entretanto, houve relatos de vitimização também por violência física, moral e psicológica.

Esse risco de sofrer violência também alcança a vida pessoal do policial, afetando e modelando seus relacionamentos, e tornando as folgas momentos de vigília constante pela permanência do risco e ausência dos aparatos legais e operacionais que garantem sua proteção. A violência moral e psicológica também se mostrou presente nas relações hierárquicas e cotidianas desses profissionais. Portanto, o acúmulo de experiências com

a violência interfere negativamente no desempenho laboral do policial junto à sociedade, além de trazer prejuízos à sua saúde. Desta forma, infere-se que exercer a profissão de policial militar no Brasil pode ser perigoso e deletério, o que deve chamar a atenção das autoridades estatais e da sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Oliveira TSd, Faiman CJS. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*. 2019;19(2):607-615.
2. Pereira EdS. Introdução às Ciências Policiais-Ed. 02: A Polícia entre Ciência e Política. Grupo Almedina; 2019.
3. Purba A, Demou E. The relationship between organisational stressors and mental well-being within police officers: a systematic review. *BMC public health*. 2019;19(1):1286.
4. Castro MC, Rocha R, Cruz R. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. *Psicologia, Saúde & Doenças*. 2019;20(2):525-541.
5. Santos MJd, de Jesus SdS, Tupinambá MRB, de Brito WF. Percepção de policiais militares em relação ao estresse ocupacional. *Revista humanidades*. 2018;7(2).
6. Decreto N° 9.661, de 1° DE janeiro DE 2019 (2019).
7. Portaria n° 3.659, de 10 de fevereiro de 2020 (2020).
8. Ceará. Lei n° 17.729, de 11 de janeiro de 2006. Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará atualizado e consolidado até 2016. Altera dispositivos da Lei n° 13.729, de 11 de janeiro de 2006, que estabelece o estatuto dos militares estaduais do Ceará, na forma que indica. *Diário Oficial do Estado*. " (2019).

-
9. Almeida DMd, Lopes LFD, Costa VMF, Santos RdCTd, Corrêa JS. Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 2016;36(4):801-815. DOI:10.1590/1982-3703000362016
10. Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019).
11. Flasco B. Mapa da Violência- Série de estudos | Flacso. <http://flacso.org.br/?project=mapa-da-violencia>
12. Ferreira MO, Dutra F. Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG. *Rev Psicol Saude Mental Seg Pública*. 2017;3(6):133-51.
13. Possamai LO, Ibdaiwi TKR, de Almeida DM, Munró VP, Venturini JC, Ribeiro CF. A Ocorrência da Síndrome de Burnout em Bombeiros. *Revista ESPACIOS| Vol 37 (Nº 28) Año 2016*. 2016;
14. França FG, Ribeiro LR. “Um bombeiro pede socorro!”: socialização, treinamento e sofrimento na formação do bombeiro militar. *Sociologias [online]*. 2019,21(51):212-41.
15. Silva DGd, Dell’Aglío DD. Exposición a la Violencia Intrafamiliar y Extrafamiliar y Bienestar Subjetivo en Adolescentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 2016;26(65):299-305.
16. Santos RS. Policiais militares: seres humanos ou máquinas a serviço da segurança pública? Uma análise do policial militar enquanto vítima da violência. 2019;
17. Consulta aos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública (2016).
18. Martins HT, de Melo Neto MS. Violência institucional na Polícia Militar da Bahia. *Novos Olhares Sociais*. 2018;1(2):35-65.
-

19. Fernandes A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 2016;10(2).
20. Mota BC, Campos BL, Souza EL, Peixoto RF, Braga VALDO. VIOLÊNCIA E MORTE DE POLICIAIS. *Jornal Eletrônico Faculdade Vianna Júnior*. 2019;11(1):14-14.
21. Donohue JJ, Aneja A, Weber KD. Right-to-carry laws and violent crime: A comprehensive assessment using panel data and a state-level synthetic control analysis. *Journal of Empirical Legal Studies*. 2019;16(2):198-247.
22. Cerqueira D, Bueno S, Lima RSd, et al. Atlas da violência 2019. 2019.
23. 2017 Anuário Estatístico do Ceará 2014 (2014).
24. Lotin E. Uma “guerra de todos contra todos”. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2016:28-30.
25. Conti T. Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas. Accessed 13/07/2020, 2020. <http://thomasvconti.com.br/category/review/>.
26. Cerqueira DRdC, Mello JMPd. Menos armas, menos crimes. 2012.
27. Vianna T. Desmilitarizar e unificar a polícia | *Revista Fórum*. *Revista Forum*. 2013-01-09 2013.
28. França FG, de Farias Gomes JL. “ Se não aguentar, corra! ”: um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. *Revista brasileira de segurança pública*. 2015;9(2).
29. Joly BR. Risco e vitimização policial militar: da caserna à política. 2017.